

1

ATA – 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-DOCE

2 No dia 20 de março de 2024, às 14h00, foi realizada, de modo telepresencial, a 60ª
3 Reunião Extraordinária do CBH-Doce. Dando início foi feita a verificação do quórum, o
4 qual foi confirmado, com 26 conselheiros presentes. Prosseguindo, a palavra foi passada
5 ao presidente do comitê, Sr. Flaminio Guerra, que levantou alguns pontos com destaque
6 para a realização do Encontro de Integração. Em sua fala, destacou a importância de se
7 trabalhar adequadamente o instrumento enquadramento e citou também os desafios em
8 relação ao desenvolvimento da Educação Ambiental no comitê. Prosseguindo, houve
9 aprovação da ata da 59ª Reunião Extraordinária realizada no dia 21/12/2023.
10 Prosseguindo, foram feitos informes sobre o Processo Eleitoral da Diretoria Executiva do
11 CBH-Doce. Na oportunidade, foi informado aos conselheiros que a plenária eleitoral será
12 realizada no dia 25/04/2024, de forma presencial, em Ouro Preto, após o Encontro de
13 Integração. Sobre o tema foi definido como encaminhamento o envio de um ofício visando
14 ao consenso na construção de uma chapa representativa para a nova diretoria do DOCE,
15 com indicação de dois nomes, um de Minas e outro do Espírito Santo. Na sequência, foi
16 feito um breve informe sobre o andamento do projeto Rio Vivo, com os últimos lotes –
17 Lote 6 (Manhuaçu) e Lote 7 (Espírito Santo). Assim, agora, a iniciativa estará presente em
18 todas as regiões do território do Doce. Prosseguindo foi passada à apresentação da
19 minuta do Edital de Chamamento nº 01/2024 – Protratar Obras e do Edital de
20 Chamamento nº 04/2024 - Protratar Pequenas Comunidades. O assessor Alex iniciou a
21 apresentação explicando que o PROTRATAR Obras estava previsto para o POA (Plano
22 Orçamentário Anual) de 2025, mas devido aos POAs estaduais, foi antecipado para 2024.
23 Explicou também as fases do edital. A primeira fase constitui a habilitação dos tomadores.
24 Nesta fase o candidato deve se mostrar adimplente em diversos quesitos importantes,
25 como na cobrança de recursos hídricos e estar regular com a certidão de outorga de
26 captação. A segunda fase compõe a hierarquização dos tomadores habilitados. Já na
27 fase 3 são feitas as análises financeira e técnica do projeto. Finalizada a apresentação
28 do PROTRATAR Obras, o representante da AGEDoce expôs aos presentes o
29 PROTRATAR Pequenas Comunidades. Foi feita uma explicação detalhada dos critérios
30 de habilitação, hierarquização e avaliação de projetos para a alocação de recursos em
31 saneamento na Bacia do Doce. Também foi discutida a ação prevista para desembolso
32 em 2025, com o lançamento do processo de seleção neste ano para iniciar as obras de
33 tratamento de esgoto nas pequenas comunidades no próximo ano. Foi ressaltado que as
34 fases do processo envolvem inscrição, habilitação, hierarquização, contratação e
35 desembolso, com destaque para a fase de habilitação, que envolve o envio de



36 documentos pelos municípios. Na sequência houve um debate sobre a contrapartida dos
37 municípios para as obras, que envolve a obtenção de licenciamento, execução de
38 serviços estruturais e fornecimento de materiais para a implementação das unidades de
39 tratamento de esgoto. Durante a discussão, levantou-se a dificuldade de atender às
40 exigências de infraestrutura urbana em áreas rurais, com foco em questões de
41 regularização e legalidade. Ficou decidido que o comitê não investirá em áreas não
42 regularizadas durante a fase de habilitação, tanto em áreas rurais quanto urbanas. Após
43 esclarecimento sobre a classificação de áreas rurais e urbanas, houve confirmação de
44 entendimento. Detalhes sobre tarefas a serem realizadas foram abordados, incluindo a
45 elaboração de estimamento público, seleção das propriedades rurais, elaboração de
46 PIPs, celebração de contratos de PSA, entre outros. Ficou decidido que o cronograma de
47 implementação do PSA iniciará na próxima semana, com fases de habilitação,
48 hierarquização e assinaturas de acordos de cooperação, sem envolver transferência de
49 recursos para os municípios, apenas acordos de parceria. Surgiu uma preocupação em
50 relação à confusão sobre o papel do PIP e questionamentos sobre execução das ações
51 propostas e financiamento. Além disso, foi mencionado que após o planejamento da
52 propriedade, o proprietário iniciará a execução de ações ambientais, com avaliações
53 subsequentes para verificar o progresso e possíveis benefícios. Outra preocupação
54 levantada foi a desatualização do entendimento sobre o pagamento por serviços
55 ambientais, indicando a necessidade de reciclagem e revisão dos critérios de
56 remuneração. Foi discutida a necessidade de estabelecer um programa de pagamento
57 de serviços ambientais com foco em ações concretas e efetivas. Foi ressaltada a
58 importância de criar um arranjo local para garantir a longevidade do programa, evitando
59 depender apenas de uma fonte de recurso. O comitê decidiu iniciar o aporte de incentivos
60 financeiros para ações ambientais, mesmo antes da conclusão dos serviços, visando
61 transformar os beneficiários em conservadores do processo. Destacou-se a importância
62 da conscientização ambiental e do engajamento dos produtores rurais para garantir a
63 continuidade do programa de PSA. Além disso, foi mencionada a necessidade de
64 diversificar as fontes de financiamento do PSA para assegurar sua continuidade no futuro,
65 enfatizando a importância de um arranjo local para compartilhamento de
66 responsabilidades e comprometerimentos. Os próximos passos para a implementação do
67 PSA do Doce foram detalhados, incluindo contratação de consultoria, elaboração de
68 metodologia, realização de estudos e monitoramento das propriedades. Após o
69 planejamento da propriedade, os proprietários iniciarão a execução de ações ambientais,
70 com avaliações subsequentes para verificar o progresso e possíveis benefícios. Também
71 foi destacada a iniciativa do comitê do Doce como um passo importante para atrair mais



72 parceiros e investimentos ambientais, potencialmente envolvendo organizações como a
73 WWF em futuras colaborações. Ademais, foi apresentado um sistema integrado ao SIGA
74 para encaminhamentos de reuniões e plenárias, bem como a criação do e-mail do
75 protocolo para demandas dos conselheiros. A reunião apresentou um alto nível de
76 envolvimento e participação, refletindo em discussões detalhadas, contribuições ativas e
77 interações significativas ao longo da discussão de diversos temas, como encontro de
78 integração, projetos de saneamento na Bacia do Doce, avaliação de projetos, tratamento
79 de esgoto em pequenas comunidades, programas de pagamento por serviços ambientais
80 entre outros. Também foi abordada a importância do planejamento integrado da
81 propriedade e a implementação de programas de pagamento por serviços ambientais.
82 Após as apresentações, os Editais de Chamamento nº 01, 04 e 05/2024 foram colocados
83 em votação e aprovados, de forma unânime, por aclamação. Ato contínuo, foi
84 apresentado ao plenário o Relatório de Execução do POA, referente ao exercício de 2023,
85 com o detalhamento das despesas realizadas e respectivas rubricas. Por fim, foi
86 apresentado o Relatório de Atividades do CBH-Doce em 2023, documento que sintetiza
87 todas as reuniões realizadas pelo colegiado no exercício, bem como demais atividade
88 promovidas e/ou apoiadas pelo comitê. Foi informado aos conselheiros que os relatórios
89 apresentados serão devidamente postados no site. Sem mais assuntos a serem tratados,
90 a reunião foi encerrada às 16h30.

91

92

(assinado eletronicamente)

93

FLAMÍNIO GUERRA GUIMARÃES

94

Presidente do CBH-Doce

95

